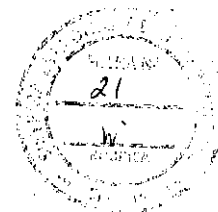




ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia-Geral do Estado

Procuradoria do DER



À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM

1 - 2003

**Ref.: Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 382/2000/002/2002
(Auto de Infração nº 1005/2002)**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG, representado pela Advocacia-Geral do Estado, pelo Procurador do Estado que a esta subscreve, nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, vem, no prazo legal de 30 (trinta) dias, interpor **recurso com pedido de efeito suspensivo** contra a penalidade aplicada à autarquia rodoviária, com fulcro no art. 43 do Decreto Estadual nº 44.844, nos termos das razões anexas.

Requer o processamento e o provimento do presente recurso.

Pede deferimento.

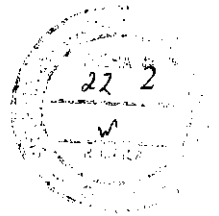
Belo Horizonte-MG, 09 de abril de 2012.


ROSALVO MIRANDA MORENO JÚNIOR

Procurador do Estado

Chefe da Coordenação de Precatórios e
Processos Administrativos do DER/MG
OAB/MG 70.806 - MASP 339.990-4

SEMPRE



Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 382/2000/002/2002

(Auto de Infração nº 1005/2002)

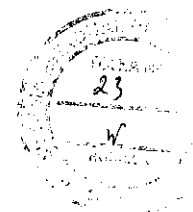
**Recorrente: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO
DE MINAS GERAIS – DER/MG**

RAZÕES DE RECURSO

1. Mediante o Ofício nº 570/2011 NAI/PRO, recebido pelo DER/MG na data de 12.03.2012, esta autarquia foi comunicada no sentido de que o Pedido de Reconsideração ao Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 382/2000/002/2002, referente ao Auto de Infração nº 1005/2002, foi indeferido, com a manutenção da penalidade aplicada e a redução do valor da multa para R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

2. Contudo, *data venia*, a multa aplicada ao ora recorrente não pode prevalecer, haja vista que, na hipótese vertente, conforme relatado no Pedido de Reconsideração de Penalidade (vide doc. de fl. 09 - FEAM), durante os serviços de melhoria e pavimentação da rodovia BR/259, trecho Divinolândia de Minas – Santa Efigênia de Minas, ocorreram chuvas de intensidade anormal, que causaram os processos erosivos e carreamento dos solos constatados pelos fiscais da FEAM.

3. Impende notar, por oportuno, que à época esta autarquia executou diversas medidas emergenciais mitigadoras de controle ambiental no local, devendo a



penalidade aplicada, se não for cancelada, ao menos ser reduzida em 30% (trinta por cento), com fulcro na regra do art. 68, I, alíneas “a” e “e”, do Decreto nº 44.844/2008.

4. De outra parte, ressalte-se que a implantação de programas de melhoria e pavimentação de rodovias sempre causa algum impacto ambiental (v.g., assoreamentos, supressão de vegetação, etc.), a exemplo de qualquer obra, seja de que natureza for. No caso específico do DER/MG, esta autarquia sempre procurou conter e minimizar os impactos decorrentes das obras rodoviárias, contando sempre com licença ambiental e autorização dos órgãos competentes, inclusive da FEAM/MG.

5. Lado outro, não se pode imputar ao recorrente danos ambientais decorrentes de caso fortuito ou força maior, alheios à sua conduta, como é o caso de ocorrência de chuvas atípicas, eventos que provocam danos ainda que tenham sido adotadas pela autarquia todas as medidas de prevenção devidas.

6. Assim, entende o recorrente que não há fundamento jurídico que justifique a aplicação da multa em escopo, sobretudo porque o DER/MG, conforme já aduzido, recuperou os danos causados à época da realização das obras rodoviárias.

7. Na improvável hipótese de manutenção da penalidade, postula o recorrente a redução de 30% (trinta por cento) no valor da multa, considerando a circunstância atenuante prevista na norma do art. 68, I, alíneas “a” e “e”, do Decreto nº 44.844/2008, haja vista que, conforme demonstrado, o DER/MG procedeu à recuperação do meio ambiente no local afetado pela execução das obras de melhoria e pavimentação do trecho da rodovia BR/259, bem como colaborou com os órgãos ambientais para a solução dos problemas encontrados.

8. Por fim, frise-se que o valor cobrado pela multa aplicada ao recorrente (R\$ 20.001,00 – vinte mil e um reais) revela-se desproporcional, devendo ser reduzido



24
m
4

na improvável hipótese de manutenção do auto de infração ora impugnado.

9. Por todo o exposto, requer o DER/MG seja conhecido, atribuído efeito suspensivo e, ao final, provido o presente recurso, para o fim de que:

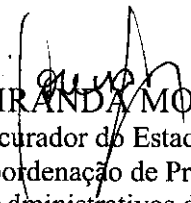
a) seja anulada a multa relativa ao Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 382/2000/002/2002;

b) em face do princípio da eventualidade, acaso mantida a multa, o que se admite apenas para argumentar, seja ela reduzida em 30% (trinta por cento);

c) ainda na improvável hipótese de manutenção da aplicação da penalidade, seja reduzido o valor da multa, dada a sua desproporcionalidade com relação à conduta imputada ao DER/MG.

Pede deferimento.

Belo Horizonte-MG, 09 de abril de 2012.


ROSALVO MIRANDA MORENO JÚNIOR
Procurador do Estado
Chefe da Coordenação de Precatórios e
Processos Administrativos do DER/MG
OAB/MG 70.806 - MASP 339.990-4